

# *Algumas lições de* Formação da Literatura Brasileira

Salete de Almeida Cara  
*Universidade de São Paulo*

Resumo: *Este texto pretende destacar algumas lições de método deste livro de 1959, Formação da Literatura Brasileira, que conferem a Antonio Candido uma posição singular no panorama da Crítica Literária. A questão do processo formativo da Literatura Brasileira foi retomada por Roberto Schwarz à luz do descompasso mundializado do sistema de mercado.*

Palavras-chave: *Formação da Literatura, nacionalismos, Sistema Global de Mercado*

A reflexão de Antonio Candido sobre o romance brasileiro começou antes dos anos entre 1945 e 1951, quando escreveu *Formação da Literatura Brasileira* (que revisou em 1956 e 1957 e publicou em 1959). Como se sabe, nessa obra ele tratou do processo formativo de uma literatura que, do século XVIII até o fim do século XIX, procurou configurar a própria fisionomia do país pela via da ficção. Mas antes desses anos, já em 1943, o crítico tinha escrito rodapés literários para o jornal *Folha da Manhã*, alguns deles reunidos em *Brigada Ligeira* (seu livro de estréia, de 1945), onde comenta romances que acabavam de ser lançados.

No artigo de abertura da série de rodapés, Antonio Candido confessa aos leitores que sua tarefa crítica pretendia esclarecer também acontecimentos do

tempo presente – o tempo dos escritores e do próprio crítico. Mais tarde, levando em conta o risco de reducionismos que pode trazer o desafio de estabelecer relações dessa natureza, ele dirá que talvez tenha “politizado um pouco demais” sua crítica naqueles primeiros rodapés. A verdade, no entanto, é que os rodapés começavam a configurar um método crítico.

Presente no livro de 1959 e também em ensaios posteriores, o método tem como chave a leitura dialética entre forma literária e processo social. Retomando alguns passos decisivos dessa obra crítica, vou procurar acompanhar e salientar algumas de suas lições. E a primeira delas diz respeito à mediação da forma. Por isso mesmo, quando se trata de ler obras do passado, a leitura de Antonio Candido será capaz de evitar o anacronismo das identificações entre o presente (e as aspirações) do crítico e as particularidades histórico-formais do seu objeto; quando se trata de ler obras do presente, exigirá uma reflexão sobre as contradições e os impasses de uma experiência comum do crítico e da obra realizada.

Ainda que a intenção daquelas primeiras críticas jornalísticas semanais não fosse estabelecer propostas de cunho teórico-metodológico, o caminho crítico era claro: os textos literários sempre foram os objetos preferenciais do crítico que buscava, nas formas literárias, as contradições e as condições dos conteúdos históricos nelas depositadas. Desde os rodapés do jornal, Antonio Candido dava início, portanto, à tarefa de expor o “sistema de relações” que prende as obras ao seu momento, onde as formas literárias não são apenas resultados de determinações externas, a elas impostas.<sup>1</sup>

Do ponto de vista da fatura, é possível observar que, desde 1943, o jovem crítico de jornal distinguia a apreensão de formas literárias da descrição de meras soluções técnicas, considerando que as próprias formas literárias seriam os verdadeiros “instrumentos de conhecimento” para o exercício de uma atividade crítica que fosse, ela também, uma forma de conhecimento. O que implicava não desprezar os momentos mais fracos, as “irregularidades” e os “altos e baixos” da produção romanesca do tempo a ser estudado e das obras a serem analisadas.

Quando escreve seus rodapés nos anos de 1940, Antonio Candido reencontra, nos romances do momento, antigos problemas atualizados nas tensões das formas literárias. No livro de 1959, é também pela análise das formas que ele dará conta do esforço dos nossos escritores árcades e românticos na missão de construir, com ânimo nacionalista, uma literatura e um país marcado pelo atraso e

1. Cf. CARA. A reflexão literária e política como acumulação.

por sua formação colonial – tensão apreendida justamente pelo distanciamento do próprio crítico. Como conciliar, na forma dos poemas e romances, a condição de atraso com o desejo de modernidade e avanço cultural?

Em *Formação da Literatura Brasileira*, elaborado num momento de nacionalismo desenvolvimentista em alta e de aposta na industrialização do país, o crítico lidou com a ambiguidade das nossas classes cultas nos séculos XVIII e XIX, e com os resultados literários do dilaceramento entre a condição do país de escravos, tropical e rude, e o desejo de ser moderno. E como bem observou Roberto Schwarz, foi justamente o objeto literário que conferiu o tom menor e menos eufórico ao livro de Antonio Candido, se comparado às apostas mais otimistas do tempo: superação da inorgenicidade social de herança colonial em Caio Prado Jr., superação da herança rural portuguesa em Sergio Buarque de Holanda, internalização do comando econômico em Celso Furtado.<sup>2</sup>

Numa entrevista que concedeu a Beatriz Sarlo, em 1980, Antonio Candido esclarece alguns pontos de extrema atualidade e põe abaixo algumas ilusões nacionalistas. “Quis mostrar nesse livro que era ridículo afirmar que o Neoclassicismo era a Europa e que o Romantismo era a América”. De uma só penada, ele descarta o viés nacionalista que sustentava a diferença entre América e Europa, e dá pistas de que há implicações mútuas entre essas experiências. Podemos tirar daí uma outra lição: como respondemos às regras hegemônicas que comandam a marcha do mundo, e também nos dizem respeito?<sup>3</sup>

Não foi pouca coisa observar que a forma culta do padrão neoclássico já era uma convenção na Europa, e que lá servia para compor um conjunto harmonioso de “equilíbrio e urbanidade”. E que aqui, como “espontaneidade de segundo grau”, permitiu ao poeta figurar a si mesmo como se fosse um pastor entre outros, de tradição européia, para assim expor sem humilhação a rusticidade do país. Os “padrões árcades” não são tomados pelo crítico como valor abstrato – positivo ou negativo –, mas como modo histórico de viabilização de um desejo de inserção na cidadania cultural internacionalizada.

Se o resultado da poesia era acanhado, desprezar os árcades como fizeram os românticos, sustentados pela velha e boa busca da identidade nacional, seria o mesmo que condenar o próprio país a ser um eterno exportador de matérias primas, “deixando a indústria para quem a originou historicamente”. Havia, portanto,

2. Cf. SCHWARZ. Os sete fôlegos de um livro.

3. Cf. CANDIDO. Variações sobre temas da *Formação*, p. 94.

uma força construtiva no acanhamento literário, um filão utópico na direção contrária à da sociedade colonial que os românticos não puderam perceber, e que o crítico avançado e não nacionalista nos anos de 1950 apontou. Ao crítico não interessava nos condenar ao atraso, mas como evitar as armadilhas ideológicas?

Está aí mais uma lição: o mito da identidade nacional é conservador, a inserção no mundo sem as devidas mediações histórico-sociais é uma ilusão. Trinta e dois anos mais tarde, em 1991, no prefácio aos inéditos de Sérgio Buarque, escritos também nos anos de 1940 e 1950 e compilados em 1988, Antonio Candido voltará ao assunto. E dará a ver, para quem se interessar, de que modo ambos os críticos se desvencilharam das armadilhas de um universalismo sem diferenças e de um nacionalismo tomado como essencialidade e identidade.

Lendo os *Capítulos de Literatura Colonial*, de Sérgio Buarque, ele destaca que a conjunção dos pontos de vista histórico-social e estético tinha evitado que o autor embarcasse num “pressuposto super-idealista”. Pressuposto responsável pela identificação simplista da literatura latino-americana a conceitos abstratos tais como barroco, romântico, lírico ou primitivo, e pela busca de *prés* e *pós*, caçados numa série exclusivamente literária. É essa mesma conjunção que leva Antonio Candido a expor a inflexão nacionalista da formação do nosso romance como resultado histórico (e não apenas no âmbito nacional).

*Formação da Literatura Brasileira* planta as bases de uma Literatura Comparada que não é apenas uma especialização acadêmica, interessada em diferenças ou semelhanças de temáticas e procedimentos, no âmbito estilístico-literário, ou em particularismos a serem exaltados. Nesses casos, a literatura apareceria como um mundo fora do mundo. Ao contrário, o crítico se interessou por entender as “contradições profundas” da “vocaçãõ histórica e sociológica” do Romantismo, na passagem da colônia ao Estado nação. E mostrou que o senso de missão e a consciência social dos prosadores românticos foram insuficientes para criar bons romances.

Era frágil a liga entre “intuito de exprimir a realidade específica da sociedade brasileira” e “consciência propriamente artística”. O romance brasileiro adotou padrões e procedimentos que, também presentes em prosadores europeus (Victor Hugo, Balzac, Dickens, Herculano) serão, entre nós, norte e regra (de modo exemplar em José de Alencar): a “emoção fácil e o refinamento perverso; a pressa das visões e o amor ao detalhe; os vínculos misteriosos, a simplificação dos caracteres, a incontinência verbal.” Por isso os nossos romances teriam variado “do péssimo ao genial”.<sup>4</sup>

4. Cf. CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, v. 2, p. 110.

De onde tiramos uma outra lição: uma vocação histórica e sociológica precisa ser decantada em mediação formal, onde aparecerá já transformada. E Antonio Candido observa sobre nosso primeiro romance: “Enredo e tipos: eis o que terá a princípio; e até a maturidade de Machado de Assis não passará realmente muito além destes elementos básicos, a que se vai juntando a consciência cada vez mais apurada do quadro geográfico e social”. Como entender todas as implicações do conceito de “lastro do real”, decisivo para a construção desse romance?

O “lastro do real” era pautado por um esquema narrativo e por saberes extra-literários, através dos quais – esquema e saberes – o romance pretendia representar um andamento da nossa vida social, com boa dose de fatalismo, segundo o crítico. O eixo desse lastro era o respeito à verossimilhança com sua lei de encadeamento de acontecimentos e paixões. Candido reitera, no entanto, o papel da imaginação, e propõe a superação de posições que se fixavam, quer na “generalidade dos temas universais”, quer nos regionalismos localistas.

Vem daí mais uma lição: a verossimilhança e sua lei de encadeamento não são suficientes para uma urdidura ficcional, sobretudo quando é difícil, ou mesmo impossível, a problematização da própria matéria narrada. Invertendo a equação, fica a pergunta: e como esse contato problematizado poderia dar em ficção? Para responder a ela, é preciso observar a presença do diagnóstico machadiano em toda a reflexão proposta por *Literatura e Sociedade*. Está implícita a presença de Machado de Assis ao longo da leitura de Antonio Candido.

No texto de 1873, “Instinto de nacionalidade”, retomado pelo crítico como ponto de fuga da *Formação*, Machado de Assis propôs um corte vertical na matéria brasileira, superando assim o nacionalismo localista que tinha norteado nossos romancistas. Por isso, embora Antonio Candido feche o livro de 1959 referindo-se ao primeiro Machado, é possível dizer que seu interlocutor é a obra do escritor Machado de Assis, e não apenas o autor dos romances da década de 1870. Mais uma lição decisiva: é preciso escolher bem os companheiros de viagem.

Da “vocação histórica e sociológica” no romance romântico ao “determinismo inspirado pelas ciências naturais” no romance naturalista, o crítico confere particular destaque, na formação do romance brasileiro, à determinação mútua entre *realismo* dos românticos e *romantismo* dos naturalistas, responsável pelo conjunto coeso da ficção literária no século XIX. A “literatura de senhores” do Brasil Colonial não tinha condições de avaliar a “complexidade da sociedade nova”, e deixou como herança a tendência de descrever o país de modo hiperbólico, “como paraíso terrestre e lugar predestinado a um futuro esplêndido”.

A acumulação literária, que significa a passagem de um bastão cedido por antecessores locais, e necessariamente transformado pelos que ali os sucedem, se fez de modo lento e contínuo até Machado de Assis, na sequência de Macedo e Alencar. Afinal, ela dependia da consciência do próprio escritor quanto às determinações sociais e históricas do que fazia – de onde escrevia, quando escrevia? É Machado de Assis quem traz nova inflexão ao próprio sentido de sistema literário – medida da acumulação literária possível até o final do século XIX. Por que Machado? E depois dele?

Machado dialoga efetivamente com seus antecessores, mirando a vida brasileira e os modelos de romance em alta. No âmbito de uma sociedade inorgânica e de “densidade espiritual” rarefeita, as dilacerações da classe culta entre o país atrasado e a miragem estrangeira davam o impulso para uma “tomada de consciência” bastante relativa e precária, assentada em circunstâncias nas quais os próprios escritores estavam enredados. Vale apontar a diferença: “Balzac, por exemplo, podia, sem sair de Paris, percorrer uma gama extensa de grupos, profissões, camadas, longamente amadurecidos, cuja interação vinha enriquecer, no plano do comportamento, aquelas opções e alternativas que são a própria carne da ficção de alto nível.”<sup>5</sup>

Ainda uma lição: é preciso especificar de onde falam nossos escritores, a fim de apanhar os assuntos como parte das próprias formas literárias analisadas. Quando retoma o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1852), de Manuel Antonio de Almeida, no ensaio publicado em 1970, “Dialética da malandragem”, o crítico afinará pontos críticos já levantados e dará continuidade à reflexão sobre o papel da forma do romance e valorizará o fato de que o romance apanha “a vida de relação” e sua lei do movimento, que expõe uma *norma* social.

O movimento de sarabanda terá função importante na avaliação do romance de Almeida, conferindo-lhe um caráter realista peculiar, onde importa justamente a vida da relação, o movimento da ação e dos tipos. Nessa retomada, a forma do romance vai muito além de um documentário ou uma crônica de costumes daquela vida social (não à toa, o romance não se preocupa em mostrar nenhum escravo, nenhum representante da elite, nenhum trabalho). A elaboração formal de *Memórias de um sargento de milícias* se vincula à própria sociabilidade popular do “tempo do Rei”, a primeira metade do século XIX.<sup>6</sup>

5. Cf. CANDIDO. Literatura de dois gumes.

6. Cf. SCHWARZ. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”.

O capítulo dedicado ao romance no livro de 1959 se encerra sugerindo desdobramento, que virá no ensaio publicado em 1970: “É quase incrível que, em 1852, um carioca de vinte anos conseguisse estrangular a retórica embriagadora, a distorção psicológica, o culto do sensacional, a fim de exprimir uma visão direta da sociedade de sua terra. E por tê-lo feito, com tanto senso dos limites e possibilidades da sua arte, pressagiou entre nós o fenômeno de consciência literária que foi Machado de Assis, realizando a obra mais discretamente máscula da ficção romântica”.<sup>7</sup>

Eis aí a maneira de aprender sobre o Brasil com um romance “discretamente másculo”, escrito num momento em que nem a sociedade e nem a literatura tinham alcançado a organicidade que poderia vir a ser um sistema social e literário. Nessas circunstâncias, o que trazia o romance de Manuel Antonio de Almeida, lido nos anos 1950 e nos anos 1970, como forma de conhecimento? Sua lição poderia fazer pensar numa inorganicidade constitutiva, que ainda nos assombra, agravada pelos rumos do mundo contemporâneo?

No ensaio “Os sete fôlegos de um livro”, escrito em 1998, Roberto Schwarz lembra que a esfera literária se completou sem a contrapartida social – o país se desintegra hoje no compasso mundializado do sistema de mercado. Ele discute o problema formativo, lembrando que “foi possível que o sistema literário se formasse sem que a escravidão – a principal das heranças coloniais – estivesse abolida”, e expondo hipóteses que convidam a uma reflexão que as relacione, e leve em conta que o estado de inorganicidade já não é “destino particular do Brasil, mas da maior parte da humanidade”.<sup>8</sup>

Donde conclui que “o projeto de completar a sociedade brasileira não se extinguiu, mas ficou suspenso num clima de impotência, ditado pelos constrangimentos da mundialização”. Resumindo as hipóteses: a desintegração da nação é um fato, a integração da elite nacional se fará com a ordem internacional moderna e a idéia formativa é um ideal sem sentido; ou, a unidade literária que se formou talvez possa ser um elemento anti-barbárie e um antídoto cultural para a marcha da economia, que desmancha os vínculos internos nacionais, sem esquecer, no entanto, que a esfera da cultura é constitutiva da marcha do capital; ou, nessas condições, a formação literária interessará agora como um fornecedor de mercadorias, bem cotadas no mercado internacional “das diferenças culturais” e mesmo do turismo, com bom futuro pela frente.

7. Cf. CANDIDO. *Formação da Literatura Brasileira*, p. 227.

8. Cf. SCHWARZ. Os sete fôlegos de um livro.

Deixo para o fim a última hipótese levantada pelo ensaio, já que somos chamados a dialetizar (com o perdão da palavra) todas elas. Segundo o realismo sem tréguas de Paulo Arantes, na nova “normalidade capitalista”, onde humanismo não é mais do que “o suplemento militar da guerra justa”, “leitores e trabalhadores [são] literalmente descartáveis”. Isto é: “Livro e trabalho saíram juntos de cena, são restos contemporâneos da mesma degradação”.<sup>9</sup>

Pois a última hipótese de Schwarz traz à boca de cena dois tipos, talvez ainda não totalmente zumbis, mesmo que estejam vagando quase transparentes no seu enlevo literário, e fazendo bonito na feira da cultura do nosso tempo: o escritor e o leitor. Nós mesmos, portanto. O “ponto de vista propriamente estético” dessa hipótese pode ser entendido de modos diversos: para alguns ele dependeria hoje de uma suposta “ordem de liberdade e de cidadania no mundo”, aberta igualmente a todos. A internacionalização traria essa feição igualitária, onde não cabe a dimensão acumulativa, mas, sim, bons resultados de técnicas sofisticadas de escrita e divulgação, que permitiriam saltos de qualidade. Essa crença traz um sentido eufórico que, com entusiasmo, dispensa o próprio livro como objeto.

No que foi descrito no parágrafo acima, não cabe qualquer interesse pelas especificidades locais, dissolvidas num cânone de feição internacional, tido como referência e excelência. Não cabe tampouco a consideração do rebaixamento universal geral, nem da desagregação internacionalizada, que permitem colher, na matéria local, o caráter que assumem os problemas do mundo do capital e do mercado. Aliás, é essa a lição dada pelo patamar aberto por Machado (e, como se viu, antecipado por Manuel Antonio de Almeida), ao colocar sob suspeita histórico-estética tanto as próprias formas importadas, usadas como sinal de avanço civilizatório, quanto a missão localista de um romance fechado em nacionalismo e patriotismo.

Como leitor de Machado, o crítico Antonio Candido não aposta sem reservas nas superações dos entraves nacionais: é de um certo lugar e tempo que o escritor escreve e o leitor lê, se não tiverem sido ainda totalmente descartados do processo. Segundo as lições que aprendemos desde os rodapés dos anos de 1940 e de *Formação da Literatura Brasileira*, a literatura não é um mundo fora do mundo, e a um universalismo abstrato e sem diferenças – conceito hoje em alta – corresponde uma noção idealista de identidade – conceito hoje em baixa. Trocar um pelo outro é trocar seis por meia dúzia.

9. Cf. ARANTES. O recado dos livros.

Fica a alternativa de apreender a totalidade – que é a do mundo capitalista – daqui mesmo. Lemos, na última sugestão de Roberto Schwarz, que a literatura ainda pode ser elemento anti-barbárie, mesmo nos seus momentos mais infelizes de adesão às leis do mercado, e ainda que apanhada com a boca na botija, como representação formal sintomática de uma experiência rebaixada. “O sistema passa a funcionar. Ou pode funcionar, como algo real e construtivo na medida em que é um dos espaços onde podemos sentir o que está se decompondo. A contemplação da perda de uma força civilizatória não deixa de ser civilizatória a seu modo”.<sup>10</sup>

Valeria a pena pensar, portanto, se o ponto de vista estético tornou-se mesmo inteiramente descartável. Será que a literatura já não é capaz de propor um horizonte emancipatório, quando a reificação é naturalizada sob o império das imagens? Se for capaz, como formular um debate estético de interesse? Como ajuizar? Pois se a possibilidade de juízo crítico também foi rifada, estamos todos mortos e não sabemos disso.

#### A Few Lessons From *Formação da literatura brasileira*

*Abstract: This article aims to highlight some lessons related to method from Formação da Literatura Brasileira. Such lessons place Antonio Candido in a singular position in the Literature Criticism field. The discussion on the process of the Brazilian Literature formation was revisited by Roberto Schwarz under the analysis of the global market system imbalance.*

*Keywords: Literature formation, nationalisms, Global Market System.*

10. Cf. SCHWARZ. Os sete fôlegos de um livro, p. 58.

*Referências*

- ARANTES, Paulo Eduardo. O recado dos livros. *Caderno de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes*, abr. 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Martins Editora, 1964. 2 v.
- CANDIDO, Antonio. Variações sobre temas da Formação. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002, p. 93-120.
- CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: *A educação pela noite*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARA, Salete de Almeida. A reflexão literária e política como acumulação. *Literatura e Sociedade. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP*, n. 11, p. 128-141, 2009.
- SCHWARZ, Roberto. Os sete fôlegos de um livro. In: *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 46-58.
- SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de "Dialética da malandragem". In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 129-155.